



INSTITUTO FEDERAL SUL- RIO-GRANDENSE

***CAMPUS* CHARQUEADAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ROSANE SOARES DE CARVALHO DUARTE

**SETOR DE COMPRAS DO IFRS – *CAMPUS* RIO GRANDE: INTEGRAÇÃO COM
AS COORDENAÇÕES DE CURSO**

Charqueadas - RS

2019

ROSANE SOARES DE CARVALHO DUARTE

**SETOR DE COMPRAS DO IFRS – *CAMPUS* RIO GRANDE: INTEGRAÇÃO COM
AS COORDENAÇÕES DE CURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Charqueadas do Instituto Federal Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Manoel José Porto Júnior

Charqueadas - RS

2019

Ficha Catalográfica

D812s Duarte, Rosane Soares de Carvalho.
Setor de Compras do IFRS - *Campus* Rio Grande : integração com as coordenações de curso / por Rosane Soares de Carvalho Duarte. – 2019. 59 f.

Orientador: Prof. Dr. Manoel José Porto Júnior.

Dissertação (mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Charqueadas, 2019.

1. Administração Escolar - . 2. Ensino Médio Integrado. 3. Gestão democrática da educação. I. Porto Júnior, Manoel José II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul. III. Título.

CDD 371.2

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Sílvia Regina de Lima Veleza CRB 10/2038



INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ROSANE SOARES DE CARVALHO DUARTE

SETOR DE COMPRAS DO IFRS – *CAMPUS* RIO GRANDE: INTEGRAÇÃO COM AS COORDENAÇÕES DE CURSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Charqueadas do Instituto Federal Sul-rio-grandense como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 02 de Agosto de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Manoel José Porto Júnior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Orientador

Prof.^a Dr.^a Maria Raquel Caetano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Prof. Dr. Jair Jonko Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Prof.^a Dr.^a Cleiva Aguiar de Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

ROSANE SOARES DE CARVALHO DUARTE

**SETOR DE COMPRAS DO IFRS – *CAMPUS* RIO GRANDE: INTEGRAÇÃO COM
AS COORDENAÇÕES DE CURSO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Charqueadas do Instituto Federal Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 02 de Agosto de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Manoel José Porto Júnior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Orientador

Prof.^a Dr.^a Maria Raquel Caetano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Prof. Dr. Jair Jonko Araújo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Prof.^a Dr.^a Cleiva Aguiar de Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho ao meu esposo Renato e ao meu filho Emanuel que estiveram sempre ao meu lado durante todo o percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família pela compreensão nas horas em que precisei ficar sozinha.

Aos colegas de turma, em especial à Rejane e Ticiane sempre prestativas quando eu precisei e hoje, grandes amigas.

Ao meu orientador, professor Manoel, por aceitar este desafio comigo e por estar sempre presente, usando de sua sinceridade na avaliação de meus escritos, tanto para o que estava satisfatório, quanto para o que não estava.

Aos professores do ProfEPT que, com seus ensinamentos, possibilitaram o êxito deste trabalho.

À banca avaliadora, composta de mestres com os quais muito aprendi.

Ao IFRS pela oportunidade de qualificação.

E, por fim, agradeço aos colegas do setor de Compras e Contratos e à comunidade do IFRS *Campus* Rio Grande, incluindo de forma especial os participantes da pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa de cunho qualitativo foi realizada no Programa de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do IFSul – *Campus* Charqueadas. A temática da pesquisa visou à integração do setor de Compras e Contratos do IFRS - *Campus* Rio Grande com as Coordenações de Curso na perspectiva da gestão democrática e participativa. A pesquisa teve como objetivos: identificar as dificuldades dos coordenadores quanto às rotinas de compras; integrar o setor de Compras e Contratos e Coordenações de Cursos e identificar e elaborar o produto educacional. Justifica-se esta pesquisa porque na execução orçamentária, devido às questões técnicas presentes, todas as compras a serem realizadas precisam ser planejadas e, também, por não ter sido localizado nenhum trabalho com esta temática. A contribuição dos coordenadores de curso nos processos de compras é importante, principalmente na fase do planejamento, em que é elaborado o Termo de Referência, peça fundamental que compõe o Edital de Licitação. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de curso do IFRS – *Campus* Rio Grande (local de trabalho da pesquisadora e de desenvolvimento da pesquisa) e também com técnicos-administrativos do setor de Compras e Contratos. A proposta defendida neste trabalho é de uma educação integral, omnilateral, considerando os laboratórios de ensino-aprendizagem como parte desse processo, bem como as questões técnicas que envolvem as compras no setor público e a importância da compreensão, por parte dos coordenadores, de como os processos de compras públicas ocorrem. Foi constatado, após análise das entrevistas realizadas que o produto educacional mais adequado seria o destinado aos coordenadores de curso. Sendo assim, foi desenvolvida uma Cartilha intitulada: “Noções Básicas sobre Processos de Compras.” Foram abordados neste trabalho assuntos como a gestão democrática da educação, administração escolar e suas relações com o capitalismo, que, após as reformas da Administração Pública, nos anos 90, ficaram em evidência. A análise dos resultados demonstrou que a Cartilha teve uma avaliação positiva por parte dos coordenadores de curso. Apesar de destinada aos coordenadores, a cartilha pode ser usada por um público mais amplo.

Palavras-chave: Administração Escolar. Ensino Médio Integrado. Gestão Democrática da Educação.

ABSTRACT

This qualitative research was carried out in the Professional Master Program of Professional and Technological Education - ProfEPT of IFSul - Campus Charqueadas. The research theme aimed at integrating the IFRS - Campus Rio Grande purchasing and contracts sector with the course coordinators from the perspective of democratic and participative management. The research had has objectives: to identify the difficulties of the coordinators regarding purchasing routines; to integrate the purchase and contracts sector and course coordinators, and to identify and elaborate the educational product. This research is justified due to the fact that in budget execution, due to the technical issues present, all purchases need to be planned and also because no work has been found on this subject. The contribution of the course coordinators in the purchasing processes is important, especially in the planning phase, in which the term of reference is prepared, a fundamental part of the *Licitacion Issuance*. Therefore, semi-structured interviews were conducted with the course coordinators of IFRS - Campus Rio Grande (researcher's place of work and research development) and also with administrative technicians from the purchase and contracts sector. The proposal defended in this paper is the integral, omnilateral education, considering the teaching-learning laboratories as part of this process, as well as technical issues that involve the purchases in the public sector and the importance of coordinators' understanding of how public purchases occur. It was found, after analyzing the interviews conducted, that the most appropriate educational product would be the one intended for course coordinators. Thus, a primer entitled: "understanding purchasing processes" was developed. This work addressed issues such as the democratic management of education, school administration and its relations with capitalism, which were highlighted after the reforms of the public administration in the 90s. The analysis of the results showed that the primer had a positive evaluation by the course coordinators. Although it is intended for the coordinators, the primer can be used by a wider audience.

Keywords: School Administration. Integrated High School. Democratic Management of Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CONCAMP | Conselho de <i>Campus</i> |
| CONSUP | Conselho Superior |
| CTI | Colégio Técnico Industrial |
| EAD | Educação a Distância |
| EMI | Ensino Médio Integrado |
| EPT | Educação Profissional e Tecnológica |
| FATEC | Faculdade de Tecnologia |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FURG | Universidade Federal do Rio Grande |
| GPEPT | Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica |
| IFs | Institutos Federais |
| IN | Instrução Normativa |
| IFRS | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS |
| IFSul | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| MARE | Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado |
| MEC | Ministério da Educação |
| ONGs | Organizações não Governamentais |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PEC | Projeto de Emenda constitucional |
| ProfEPT | Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SigProj | Sistema de Informação e Gestão de Projetos |
| SRP | Sistema de Registro de Preços |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 11 |
| 1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 14 |
| 2-IFRS: GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO COLETIVA..... | 16 |
| 3- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: BUSCA DA FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL E POLITÉCNICA NA ESCOLA PÚBLICA..... | 21 |
| 3.1- TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: FORMAÇÃO POLITÉCNICA..... | 21 |
| 3.2- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ENSINO INTEGRADO: TEORIA E PRÁTICA..... | 23 |
| 4- ADMINISTRAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA: RELAÇÕES COM O CAPITALISMO | 28 |
| 4.1- MODELOS ORGANIZACIONAIS E REFORMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... | 28 |
| 4.2- ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL..... | 31 |
| 5- METODOLOGIA E RESULTADOS ACERCA DA PESQUISA..... | 34 |
| 5.1- ENTREVISTAS COM OS COORDENADORES DE CURSO..... | 35 |
| 5.2- ENTREVISTAS COM OS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS..... | 40 |
| 5.3- CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA..... | 41 |
| 6- CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 45 |
| REFERÊNCIAS..... | 48 |
| APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL..... | 51 |
| APÊNDICE B – TCLE – ENTREVISTAS..... | 52 |
| APÊNDICE C – ENTREVISTA – COORDENADORES DE CURSO..... | 54 |
| APÊNDICE D – ENTREVISTA – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS..... | 55 |
| APÊNDICE E – TCLE QUESTIONÁRIO – COORDENADORES DE CURSO.... | 56 |
| APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO – COORDENADORES DE CURSO..... | 58 |
| ANEXO A – DECLARAÇÃO..... | 59 |

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-Grandense – IFSul – *Campus* Charqueadas. A temática deste trabalho diz respeito à integração dos coordenadores de curso com o setor de Compras e Contratos, na perspectiva da gestão democrática e participativa.

Considerando que os cursos da Educação Profissional e Tecnológica precisam equipar e manter em perfeitas condições de uso seus laboratórios de ensino-aprendizagem, sendo os coordenadores de curso, os requisitantes dos materiais, torna-se necessária sua participação nos processos de compras, principalmente, na fase de planejamento, em que é elaborado o Termo de Referência, peça fundamental que compõe o Edital de Licitação.

O objetivo geral da pesquisa foi verificar as dificuldades dos coordenadores de curso do IFRS – *Campus* Rio Grande em relação aos procedimentos para realização das compras, focalizando nas aquisições laboratórios de ensino-aprendizagem.

A partir disso, foram propostos os seguintes objetivos: identificar as dificuldades dos coordenadores quanto às rotinas de compras; integrar setor de Compras e coordenações de cursos e identificar e construir o produto educacional.

Justifica-se esta pesquisa porque na execução orçamentária, devido às questões técnicas presentes, todas as compras a serem realizadas precisam ser planejadas, tornando-se necessária uma aproximação das coordenações de curso do IFRS – *Campus* Rio Grande com os processos de compras para assim, contribuírem principalmente, na fase de planejamento do processo licitatório e também por não ter sido localizado nenhum trabalho com esta temática.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de curso (APÊNDICE C) da gestão atual e anterior e com técnicos-administrativos (APÊNDICE D) do setor de Compras e Contratos e darem sugestões para o produto educacional, sendo esse, um dos requisitos para a conclusão deste mestrado.

Após análise das entrevistas, foi desenvolvida a proposta do produto educacional de uma Cartilha intitulada: “Noções Básicas Sobre Processos de Compras”, ferramenta para a compreensão do assunto por parte dos coordenadores de cursos. A mesma foi elaborada levando em consideração as dificuldades relacionadas ao planejamento e orçamento, pesquisa de preços de mercado, participação nos processos de compras, como também as sugestões dos coordenadores para o produto educacional, sendo que cartilha foi uma delas.

Enquanto servidora técnica-administrativa no IFRS – *Campus* Rio Grande lotada no setor de Compras e Contratos e ocupante do cargo Técnico em Contabilidade, as motivações para a escolha deste mestrado e tema de pesquisa dizem respeito ao fazer diário, história individual e também, à trajetória profissional dessa pesquisadora.

Para isto, destacarei alguns momentos significativos de meu percurso, que desde cedo relacionou trabalho e educação.

Para iniciar, é importante ressaltar que comecei a trabalhar na indústria coureira aos 14 anos, o que para alguns pode parecer cedo, ou até mesmo ilegal. Mas isso foi antes da Constituição Federal de 1988, quando era autorizado o trabalho de “menores”. Nessa época cursava a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo 1º grau). No ano seguinte, ingressei no curso Técnico em Contabilidade em escola estadual, concluído em 1990.

Concomitantemente ao trabalho fiz outro curso técnico, desta vez em Química, concluído em 1996. No ano de 2003, ingressei no curso superior de Ciências Contábeis. A graduação foi concluída em 2007.

Em julho de 2008, ingressei através de concurso público, no CEFET- RS no município de Pelotas, como Técnica em Contabilidade.

Em 29 de dezembro do mesmo ano, foi publicada a Lei 11.892, que criou os Institutos Federais. As mudanças decorrentes despertaram meu interesse pelos assuntos educacionais, levando-me também a ingressar na Pós Graduação (Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica) na Faculdade de Tecnologia SENAC - Pelotas, concluída em 2010.

No ano de 2013, como servidora do IFRS – *Campus* Rio Grande, houve a oportunidade de cursar a Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica oferecida pela instituição. E, logo após a conclusão do curso, fui nomeada, em 2014,

docente no Estado do RS, na área de Educação Profissional para a disciplina de contabilidade. Conforme minha trajetória escolar e profissional apresentada, a educação profissional de nível técnico foi muito significativa e transformadora da minha realidade.

Portanto vejo neste Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica a oportunidade de ampliar meus conhecimentos sobre o tema, valorizando a formação humana omnilateral. Compreendi também que as compras na instituição devem ser feitas de maneira econômica, mas é preciso sempre verificar se está atendendo as necessidades da instituição de ensino.

Fica como sugestão a elaboração de outros materiais educativos como sugeridos pelos coordenadores, a fim de contemplar outros assuntos pertinentes para que a compra seja bem compreendida por todos.

Apesar, da proposta de elaboração da Cartilha ser direcionada aos coordenadores de curso, a mesma oportuniza a compreensão das compras na instituição por parte de todos os servidores. Visa auxiliar na soma de esforços entre técnico-administrativos em educação que se envolvem nos processos de aquisição de bens e serviços institucionais e professores que são imbuídos de tarefas complexas ao aceitarem os desafios da gestão. Que esta pesquisa possa auxiliar na missão de construir educação de qualidade para aqueles que vivem do trabalho.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com a criação e a expansão dos Institutos Federais, a partir de 2008, o trabalho dos técnico-administrativos em educação ficou em evidência. Isso porque, devido à autonomia administrativa e orçamentária da instituição, todos os processos licitatórios necessários para o seu funcionamento são planejados e executados por cada um de seus *Campi*.

Todos os cursos oferecidos no IFRS – *Campus* Rio Grande possuem laboratórios de ensino-aprendizagem que necessitam estar em boas condições de uso. Conforme PDI (2023), o *Campus* Rio Grande possui 63 laboratórios.

Diferentemente das organizações privadas, as administrações públicas são dirigidas por gestores eleitos de forma democrática e com mandato de duração predefinida. Por esse motivo, mudanças na gestão são constantes.

Foram também abordadas neste trabalho, as reformas ocorridas na administração pública nos anos 1990, que conseqüentemente vieram a atingir a escola pública. Tem-se como exemplo, a exigência de eficiência, qualidade total e o gerencialismo da iniciativa privada, agora também inseridos na escola pública. A concepção de “Ensino Médio Integrado” destaca-se como perspectiva de enfrentamento à dualidade estrutural que separa teoria e prática do trabalho, formação profissional e acadêmica. Tem como pressupostos a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica, integração de todas as dimensões da vida no processo formativo (omnilateralidade) e a integração entre conhecimentos gerais e específicos como totalidade.

Na gestão dos recursos públicos, é preciso observar as normas e legislações pertinentes. Assim, é relevante seguir questões burocráticas exigidas pela gestão pública.

O coordenador de curso é o docente destinado a ser o responsável por um determinado curso, respondendo tanto pedagógica, política e administrativamente. É uma função temporária, de dois anos.

Inicialmente, neste trabalho, conforme objetivos e motivações apresentados anteriormente, o leitor será situado na localização do *Campus* Rio Grande (*lócus* da pesquisa), dentro do IFRS. Depois, será feita uma reflexão a respeito da gestão democrática e participativa e a seguir, abordar-se-á a formação omnilateral e politécnica, levando em consideração as bases conceituais da educação profissional, em uma perspectiva de transformação da sociedade, em busca da justiça social e da transformação humana.

Logo após, tratar-se-á de questões da administração escolar, e também as reformas ocorridas na administração pública a partir do governo Fernando Henrique Cardoso - FHC desenvolvida para os interesses mercadológicos, agora presentes na escola pública.

Por fim, será exposta a metodologia utilizada e situar-se-á o leitor sobre os resultados das entrevistas e os caminhos percorridos até a construção do produto educacional (Cartilha). Por fim serão apresentadas as considerações finais acerca da pesquisa.

2. IFRS: GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO COLETIVA

Atualmente, no Brasil, existem 38 Institutos Federais, dos quais três estão localizados no Rio Grande do Sul: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). O *Campus* Rio Grande é um dos *Campi* pertencentes ao IFRS.

O IFRS – *Campus* Rio Grande originou-se do Colégio Técnico Industrial – CTI, criado em 1964, pelo MEC, para fortalecer a crescente expansão do setor industrial da cidade do Rio Grande, “com destaque para o setor de pescados, oferecendo os cursos de Eletrotécnica e Refrigeração, cujos técnicos atenderiam à demanda oferecida pelas indústrias locais.” (PDI, IFRS, 2018, p. 60).

Com a criação, em 1969, da Fundação Universidade do Rio Grande, atual Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que congregou a escola de engenharia industrial e diversas faculdades da cidade, o CTI também foi integrado a mesma. (PDI, IFRS, 2018, p. 60). A partir de 2009, o *Campus* passou por uma reestruturação em sua parte administrativa e, com a instituição da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o IFRS – *Campus* Rio Grande passou a realizar as compras com maior autonomia.

O IFRS – *Campus* Rio Grande, possui em torno de oitenta técnicos-administrativos em Educação. No setor de Compras e Contratos são seis trabalhadores técnico-administrativos que cuidam dos processos licitatórios, bem como da gestão de Contratos Administrativos da Instituição.

O IFRS - *Campus* Rio Grande oferta os seguintes cursos superiores: Tecnologia em Construção de Edifícios; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Engenharia Mecânica.

Também oferece os cursos técnicos na modalidade Integrada ao ensino médio e Subsequente: (Automação Industrial; Eletrotécnica; Fabricação Mecânica; Geoprocessamento; Refrigeração e Climatização) e somente na modalidade Integrada: (Informática para Internet) e subsequente: (Enfermagem), além do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional.

Na figura 01, a seguir, apresenta-se a Reitoria do IFRS, localizada em Bento Gonçalves - RS e seus *Campi*, incluindo o *Campus* Rio Grande:

Figura 1: **Distribuição Geográfica dos Campi**



Fonte: <https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023>

O quadro a seguir mostra de maneira simplificada, a área de atuação acadêmica do IFRS *Campus* Rio Grande:

Quadro 01: **Área de Atuação Acadêmica do IFRS *Campus* Rio Grande.**

| Modalidade de Ensino | | Total de Matrículas | Percentual (%) |
|---------------------------------------|-------------|---------------------|----------------|
| Curso Técnico | Integrado | 881 | 37,68 |
| | Subsequente | 883 | 37,77 |
| Superior | Tecnologia | 359 | 15,36 |
| | Bacharelado | 142 | 6,08 |
| Programa Especial de Formação Docente | | 54 | 2,32 |
| Educação a distância - EAD | | 18 | 0,77 |
| Formação Inicial e Continuada – FIC | | 1 | 0,04 |

Fonte: **Plataforma Nilo Peçanha, 2017.**
<https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023>

O quadro 01 demonstra a distribuição dos estudantes nos cursos ofertados no *Campus* Rio grande. Nota-se que os cursos técnicos na modalidade integrada e subsequente são predominantes.

Conforme Art. 8º da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008:

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas

vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, [...]. (BRASIL, 2008, p. 4).

Complementando a citação da Lei 11.892/2008, em seu inciso I, do Caput do artigo 7º diz que são objetivos dos Institutos Federais:

I - os Institutos Federais deverão ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público de jovens e adultos. (BRASIL, 2008, p. 4).

Quando se fala em compras com foco nos laboratórios de ensino-aprendizagem, importante se torna a discussão no que diz respeito ao ensino médio profissionalizante, tão necessário aos que vivem do trabalho e precisam desde cedo trabalharem para a sua sobrevivência. Por esse motivo, nesta pesquisa, pretende-se dar ênfase para o Ensino médio profissionalizante, tendo como proposta a formação humana omnilateral e a unidade entre a teoria e prática, proporcionada também com o uso dos laboratórios.

A seguir, será realizada uma reflexão sobre a gestão democrática do ensino que ficou garantida a partir da Constituição Federal de 1988. Após a Lei de Diretrizes e Bases da educação - LDB 9.394/96 consolidou-se, pois, conforme seu Artigo 3º: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII- Gestão democrática do ensino público”. (BRASIL, 1996, p. 01). O Estatuto do IFRS também lista em seu artigo 3º inciso I, a gestão democrática como um dos seus princípios norteadores.

Nesse sentido, para que a gestão democrática da educação ocorra, é importante que os gestores tenham consciência de que a educação é uma prática social. Conforme Veiga (2013), “é preciso propiciar situações que permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.” (VEIGA, 2013a, p. 15).

Conforme Lück (2006), a participação, independentemente de sua natureza, nível de abrangência e contexto em que ocorra, “manifesta três dimensões convergentes entre si e interinfluentes: política, pedagógica e técnica.” (LÜCK, 2006, p. 65). Pois:

nenhuma das dimensões citadas ocorrem independentemente uma da outra, visto que se entrecruzam, formando um todo dinâmico pela força de sua associação. Cada ação participativa constitui um todo indissociável, uma vez que, alterando-se qualquer uma das dimensões, altera-se as demais e o todo que constituem. (idem, p. 65).

Em seu Artigo 15, a LDB - 9.394/96 garante “autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira às instituições, observadas normas gerais do

direito financeiro público”. Segundo Veiga, “o significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas.” (VEIGA, 2013a, p. 19).

De acordo com o Estatuto do IFRS, Resolução nº 7 de 2009, Artigos 8º e 10º e seu Regimento Complementar, Artigo 4º, as duas principais instâncias são o Conselho Superior – CONSUP do IFRS, órgão máximo e em cada *Campus* os Conselhos de *Campus* - CONCAMP, com caráter consultivo e deliberativo. Também o Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Assim, tanto o Conselho Superior quanto os demais Conselhos são compostos por representantes escolhidos através de eleição, por seus pares.

A participação de representantes de todos os segmentos garante a pluralidade de ideias, tão importante para a democracia e as reflexões necessárias na tomada de decisões. “Para isso, é necessário criar órgãos de gestão que garantam, por um lado, a representatividade e, por outro, a continuidade e conseqüentemente a legitimidade”. (VEIGA, 2013b, p. 115). Conforme Veiga:

A escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade. (VEIGA, 2013a, p. 15).

Os coordenadores de curso, conforme o Regimento Complementar do IFRS *Campus* Rio Grande serão eleitos entre seus pares, com mandato de dois anos, porém, é permitida apenas uma recondução para o período imediatamente subsequente.

O IFRS apresenta características da gestão democrática. Entre elas pode-se destacar a participação da comunidade interna e externa nos órgãos colegiados, a realização de avaliação institucional e a escolha dos gestores através do voto, pois, de acordo com Paro (2012):

[...] para a administração escolar ser verdadeiramente democrática é preciso que todos os que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo escolar possam participar das decisões que dizem respeito à organização e funcionamento da escola. Em termos práticos, isso implica que a forma de administrar deverá abandonar seu tradicional modelo de concentração de autoridade nas mãos de uma só pessoa, o diretor. (PARO, 2012. p. 209).

Importante também para a democracia na instituição é que os representantes dos órgãos colegiados tenham a consciência de que não devem prevalecer nas

decisões motivações pessoais. Isso porque eles possuem o papel de representar os interesses coletivos.

Quanto ao PDI, apesar do esforço da instituição para que sua construção seja democrática, com ampla participação, este documento é uma exigência legal e deve seguir regras do Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior de ensino.

Portanto, como servidora técnica administrativa em educação, neste trabalho, para a construção da cartilha elaborada, valorizei o princípio da gestão democrática.

3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: BUSCA DA FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL E POLITÉCNICA NA ESCOLA PÚBLICA

3.1 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: FORMAÇÃO POLITÉCNICA

Conforme Ramos (2014, p. 24), a educação profissional no Brasil tem sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista e somente com a revolução industrial e o desenvolvimento do sistema econômico capitalista começou a ter maiores investimentos do Estado, quando se tornou necessária para o desenvolvimento econômico do país.

Os autores Frigotto; Ciavatta; Ramos (2012) defendem uma educação que possibilite o desenvolvimento de todas as dimensões humanas, ou seja, uma educação politécnica.

Ramos (2008, p. 62) define politecnicidade com base em “uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas”. Sendo assim, visa o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

Ramos afirma que nesse sentido, a ciência tem por objetivo “permitir a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos”. (idem, p. 89).

Quanto à tecnologia a mesma autora afirma que: “A revolução industrial, o taylorismo, o fordismo e a automação expressam a história da tecnologia nos marcos da transformação da ciência em força produtiva”. Dessa forma:

[...] definem assim, duas características da relação entre ciência e tecnologia. A primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial. A segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades que a humanidade se coloca, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas. A partir do nascimento da ciência moderna, podemos definir a técnica e a tecnologia, então, como mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real). (ibidem, p. 89).

Ramos situa a cultura “compreendida no seu sentido mais ampliado possível”, ou seja, “como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos

e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma população determinada”. (ibidem, p. 90).

Portanto, Ramos (2014) defende que a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas “proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas”. (ibidem, p. 90).

Ramos (2014) destaca que um projeto unitário, ao mesmo tempo em que “o trabalho se configura como princípio educativo – condensando em si as concepções de ciência e cultura -, também se constitui como contexto econômico (o mundo do trabalho), que justifica a formação específica para atividades diretamente produtivas.” (ibidem, p. 92 - 93).

Conforme Ramos (2014, p. 91), a base da construção de um projeto de formação que “reconhece e valoriza o diverso, supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional está a compreensão do trabalho no seu duplo sentido: ontológico e histórico”.

Trabalho no seu sentido ontológico, segundo Ramos (2014, p. 91), é visto como a forma pela qual o homem produz a sua existência na relação com a natureza e com outros homens e, assim, produz conhecimentos.

Já trabalho em seu sentido histórico, para a mesma autora, significa que no sistema capitalista o trabalho se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, “como categoria econômica e práxis produtiva que, baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos”. (LUKÁCS, 1978 Apud RAMOS, 2014, p. 91).

Saviani (2007) defende também o trabalho como princípio educativo. “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas, isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa”. (SAVIANI, 2007, p. 152).

Refletindo sobre o trabalho como princípio educativo, busca-se a unidade dentro de teoria e prática. Essa ideia almeja a superar, conforme Moura (2007, p. 22), “a separação entre capital e trabalho”.

Moura (2007), defende que além do plano de curso adequado para que a integração aconteça, é preciso levar em consideração outros aspectos, como:

- a) garantia de financiamento público para apoiar as ações a serem desenvolvidas; b) plano de capacitação permanente de docentes; técnicos-administrativos e gestores; c) infraestrutura adequada de salas de aula, laboratórios, biblioteca, espaço para atividades artístico-culturais; d) organização curricular diferenciada para os alunos do turno noturno; e) busca de um diálogo com interlocutores externos ao próprio sistema acadêmico; f) colaboração com empresas e instituições para a realização de estágios curriculares; g) plano de implementação, acompanhamento e avaliação dos cursos. (MOURA, 2007, p. 26).

Para Ciavatta (2012), “como formação humana o que se busca garantir é ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito de uma formação completa para a leitura de mundo”. (CIAVATTA, 2012, p. 85).

Na proposta da formação politécnica, entre outros fatores, primordial se faz a manutenção de laboratórios de ensino-aprendizagem, além das demais estruturas físicas da escola, “pois não se faz boa educação e nenhum país oferece aos seus cidadãos bons serviços sociais sem uma opção clara pela garantia de investimentos que permitam a oferta pública e gratuita dos mesmos”. (idem, p. 102).

Sendo técnica administrativa em educação e também docente na educação profissional, considero de suma importância refletir sobre o trabalho como princípio educativo, pois muitos jovens precisam precocemente trabalhar a fim de garantir sua subsistência, pois, é na relação teoria e prática que se manifestam os problemas e contradições da sociedade em que vivemos “que, como sociedade capitalista, privilegia a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual e, conseqüentemente, a separação entre teoria e prática”. (CANDAU, 2014, p. 57).

A seguir através do diálogo com Candau (2014) e Araujo e Frigotto (2015) serão discutidas algumas ideias de práticas pedagógicas de integração entre teoria e prática defendendo a perspectiva de unidade.

3.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ENSINO INTEGRADO: TEORIA E PRÁTICA

É importante considerar o desenvolvimento de práticas pedagógicas no ensino integrado, situando-o na reflexão do ensino médio integrado, considerando a indissociabilidade entre a teoria e a prática.

Por isso que Araujo e Frigotto (2015), ao se referirem às práticas pedagógicas para o ensino integrado, consideram o desafio de pensar práticas pedagógicas que nos aproximem de uma leitura ampla da realidade. (idem, 2015, p. 62). Ainda segundo os autores, mesmo considerando existirem práticas pedagógicas mais adequadas, não existe uma forma única de promover a integração parte-todo, teoria-prática e ensino técnico e profissional, no ensino médio, “pois, há uma miríade de procedimentos que, em função da matéria, dos alunos e das finalidades educacionais específicas, podem favorecer a ampliação da compreensão do mundo, como propõe o projeto de ensino integrado”. (ibidem, p. 62).

Araujo e Frigotto (2015, p. 66) argumentam também que o ensino integrado é reconhecido como proposta de educação com inspiração na “ideia gramsciana de escola unitária, mas que não se confunde com ela já que seus limites de formação integral estão dados pela sociabilidade capitalista contemporânea”.

Portanto seria a perspectiva de unidade da relação entre teoria e prática que orientaria os projetos de ensino integrado.

Os autores alertam ainda que “existem várias possibilidades de estratégias de ensino e nenhuma delas pode ser descartada a priori, seja por razões ideológicas ou por uma possível impossibilidade de eficácia”. (ibidem, p. 75).

Cada procedimento de ensino, enquanto meio, pode servir de certa forma, para o desenvolvimento de práticas integradoras tais como defendem Araujo e Frigotto:

Aulas expositivas, estudo do meio, jogos didáticos, visitas técnicas integradas, seminários, estudo dirigido, oficinas e várias outras estratégias de ensino e aprendizado podem servir tanto para projetos conservadores, tradicionais, conformadores das capacidades humanas, quanto para projetos libertários, comprometidos com a ampliação das capacidades humanas. (ibidem, p. 76).

As formas de relações entre a teoria e a prática são diversas, porém Candau (2014, p. 60) acredita na possibilidade de agrupá-las em dois esquemas: “a visão dicotômica e a visão de unidade. Visão dicotômica está centrada na separação entre teoria e prática; não se trata simplesmente da distinção de um polo e outro”.

A visão dicotômica de separação entre teoria e prática se apresenta nas formas dissociativa ou associativa. “A visão dissociativa corresponde aos “teóricos”

pensarem, elaborarem, refletirem, planejar e, aos “práticos”, executarem, agirem, fazerem”. (idem, p. 60). Já na visão associativa, teoria e prática:

[...] são polos separados, mas não opostos. Na verdade, estão justapostos. O primado é da teoria. A prática deve ser uma aplicação da teoria. A prática propriamente não inventa, não cria, não introduz situações novas. A inovação vem sempre do polo da teoria. A prática adquirirá relevância na medida que for fiel aos parâmetros da teoria. Se há desvios, é a prática que sempre deve ser retificada para melhor corresponder às exigências teóricas. (ibidem, 2014, p. 60-61).

Candau (2014, p. 62) defende a visão de unidade entre a teoria e a prática, já que essa visão está centrada na vinculação, na união entre uma e outra. Porém, destaca:

É necessário, contudo, deixar claro que unidade não significa identidade entre estes dois polos. Há uma distinção entre teoria e prática no seio de uma unidade indissolúvel. Esta unidade é assegurada pela relação simultânea e recíproca, de autonomia e dependência de uma em relação a outra. (ibidem, p. 62).

Conforme excertos mencionados, percebe-se que existem diferentes procedimentos para a experimentação do projeto de ensino integrado. Além disso, verifica-se que não existe uma única forma adequada para a sua implementação.

Portanto, a ideia de integração não caracteriza por si uma pedagogia que visa à transformação, afinal existem várias pedagogias que se propõem a integrar trabalho e educação. Conforme Araujo; Frigotto (2015), a Pedagogia das Competências, por exemplo, tomou essa integração como uma de suas principais promessas, mas fazia isso presa à realidade dada, ou seja, o seu conteúdo pragmático lhe impunha pensar essa integração visando:

[...] ao ajustamento da formação humana às demandas específicas e pontuais do mercado de trabalho, diferente da integração proposta pelo projeto hoje identificado como Ensino Médio Integrado, que compreende essa integração sendo amalgamada pela ideia de transformação da realidade social. (idem, 2015, p. 76 – 77).

Conforme a Lei 11.892/2008, que criou a Rede Federal e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, consta no inciso I, do Art. 7º, como um dos objetivos dessas instituições: “Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.” (BRASIL, 2008, p. 04).

Dessa maneira, a educação profissional será concretizada de forma a atingir a integração entre teoria e prática, possibilitando uma formação politécnica que “permita ao jovem a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais e políticos do atual sistema produtivo”. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS 2012, p. 15).

Cabe salientar, que no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, o Decreto 2.208/1997 separou a educação básica da educação profissional. Tal separação impossibilitava a conclusão do ensino médio de forma integrada.

Interessante ressaltar o artigo 9º, do Decreto 2.208/1997, que:

As disciplinas do ensino técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores selecionados, principalmente, em função de sua experiência profissional, que deverão ser preparados para o magistério, previamente ou em serviço, através de cursos regulares de Licenciatura ou de Programas Especiais de Formação Pedagógica. (BRASIL, 1997, p. 2).

Referente ao Decreto 2.208/1997 é visível o valor dado ao fazer, ao trabalho manual na educação profissional e tecnológica, contida na essência do decreto. As reformas do ensino médio possuem interesses mercadológicos, que se referem à adaptação da escola ao mercado de trabalho e ao atendimento às demandas do capital.

Percebe-se também que o decreto citado, que regulamentou o ensino profissionalizante, apresentava objetivos claros de que sua pretensão era reduzir gastos públicos, colocando-se dentro da lógica do “Estado Mínimo”, que era verdadeiramente reduzido para as políticas sociais e maximizado para os interesses do mercado. Segundo Manfredi (2003, p. 164), a intenção era de “transformar a educação profissional num grande supermercado de cursos profissionalizantes, de níveis e duração o mais diversificado possível”.

Após o governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, quem assumiu a presidência foi o Luis Inácio Lula da Silva, em 2003. Nesse governo, o ensino médio também sofreu alterações e o Decreto 2.208/97 foi revogado e promulgado o Decreto 5.154/2004, quando novamente foi possível a integração da Educação Profissional com a Educação Básica.

Conforme o artigo 2º, do Decreto 5.154/2004: “a educação profissional observará as seguintes premissas: III a centralidade do trabalho como princípio educativo; IV a indissociabilidade entre teoria e prática”. (BRASIL, 2004, p. 01).

Na seção seguinte será realizada a discussão sobre as reformas na administração pública ocorridas nos anos 90 e conseqüentemente introduzidas na escola pública para possibilitar uma melhor compreensão sobre a administração da escola pública.

4. ADMINISTRAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA: RELAÇÕES COM O CAPITALISMO

4.1 MODELOS ORGANIZACIONAIS E REFORMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Bresser-Pereira (1998) em seu livro Reforma do Estado para a Cidadania, parte do pressuposto de que há duas formas de administrar o Estado. Segundo o autor, são elas “a Administração Pública Burocrática”, e “a Administração Pública Gerencial”.

As bases teóricas do modelo burocrático foram construídas em 1922, com a publicação do livro Economia e Sociedade de Max Weber que, conforme bem afirma Secchi:

Na sua descrição sobre os modelos ideais típicos de dominação, Weber identificou o exercício da autoridade racional-legal como fonte do poder dentro das organizações burocráticas. Nesse modelo, o poder emana das normas, das instituições formais, e não do perfil carismático ou da tradição. A partir desse axioma fundamental derivam-se as três características principais do modelo burocrático: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo. (SECCHI, 2009, p. 351).

No modelo burocrático, a formalidade impõe deveres e responsabilidades aos membros da organização, a configuração e a legitimidade de uma hierarquia administrativa, as documentações escritas dos procedimentos administrativos, a formalização dos processos decisórios e das comunicações internas e externas. Assim, evita-se, ao máximo, a discricionariedade individual na execução das rotinas, de modo que a impessoalidade implica que as posições hierárquicas sejam pertencentes à organização e não às pessoas que a estão ocupando e o profissionalismo esteja intimamente ligado ao valor positivo atribuído ao mérito como critério de justiça e diferenciação.

Segundo Bresser-Pereira (1998, p. 21), “nos anos 90, a Reforma da Administração Pública se estendeu para os Estados Unidos e para o Brasil”. Essa reforma, apoiada nos princípios do gerencialismo ficou conhecida como “Nova Gestão Pública”.

Bresser-Pereira (1998) argumenta que:

[...] no Estado liberal, só eram necessários quatro ministérios: o da Justiça, responsável pela polícia; o da Defesa, incluindo Exército e a Marinha; o da Fazenda e o das Relações Exteriores. Nesse tipo de Estado, o serviço mais importante era a administração da Justiça, que o Poder Judiciário realizava. “O problema da eficiência não era, na verdade, essencial.” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 49).

No século XX, com a profunda crise do Estado liberal, em decorrência da Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, em função da grande produção que o mercado não foi capaz de suportar surge o “*Estado Do Bem-Estar Social*”, no qual o Estado assume um número crescente de serviços sociais, entre eles, a educação.

Conforme Abrucio (1997), o “*Welfare State*”, “tinha como objetivo primordial a produção de políticas públicas na área social (educação, saúde, previdência social, habitação, etc.) para garantir o suprimento das necessidades básicas da população.” (ABRUCIO, 1997, p. 6).

Bresser-Pereira (1998, p. 50) afirma que, após a Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento de teorias na área de administração de empresas, essas teorias começam a fazer parte da administração pública.

Pacheco (2010) afirma que a reforma nos anos de 1995 “passou a conceituar a profissionalização como a capacidade de mensurar e avaliar resultados, controlar custos e buscar a eficiência, comunicar, comparar resultados, avaliar desempenho” (PACHECO, 2010, p. 294). Portanto, pode-se constatar que essas reformas atingiram também a escola pública.

Na Reforma Gerencial, foi dada ênfase ao atingimento de metas para depois ser possível definir os indicadores de desempenho que, segundo Bresser-Pereira:

[...] um indicador de desempenho é composto de um número, ou percentual, que indica a magnitude (quanto), e uma unidade de medida, que dá ao número ou percentual um significado (o quê). Para medir o desempenho institucional é necessário coletar os dados. (idem, p. 230).

Na Reforma Gerencial no Estado brasileiro, a instituição que provavelmente teve maior repercussão foi a das organizações sociais. A proposta da reforma foi a transformação dos serviços sociais e científicos, que o Estado prestava diretamente, “em entidades públicas não estatais, entidades sem fins lucrativos, do Terceiro Setor.” (ibidem, p. 235).

Concluindo, a Reforma Gerencial do Estado foi vista como uma modernização da administração pública clássica, assegurando às instituições públicas uma autonomia financeira e administrativa, sendo um contrato de gestão firmado entre o Estado e a entidade pública, em torno de metas a serem atingidas, o principal mecanismo de controle, aproximando-se da lógica da empresa do setor privado.

Conforme Secchi (2009, p. 348), tanto o modelo burocrático, quanto o gerencial colocam ênfase na função de controle e não se apresentam como modelos de ruptura.

Com as ideias de Abrucio (1997), Bresser-Pereira (1998), Pacheco (2010) e Secchi (2009), tais reformas, introduzidas no setor público, tiveram como finalidade maior a eficiência, redução de gastos e, prioritariamente, o controle no setor público, tanto interno quanto externo.

A seguir, através das ideias de Shiroma; Moraes; Evangelista (2007) e Caetano (2018) serão feitas algumas críticas a esse novo modelo de gestão que acabou sendo aplicado, também na gestão da escola pública.

Segundo Shiroma; Moraes; Evangelista (2007, p. 44), no que se refere às reformas educacionais ocorridas no governo FHC:

A apropriação operada não era suficiente aos desígnios governamentais. Tornava-se imprescindível ressignificá-las: capacitação de professores foi traduzida como profissionalização; participação da sociedade civil como articulação com empresários e ONGs; descentralização como desconcentração da responsabilidade do Estado; autonomia como liberdade de captação de recursos; igualdade como equidade; cidadania crítica como cidadania produtiva; formação do cidadão como atendimento ao cliente; melhoria da qualidade como adequação ao mercado, e, finalmente, o aluno foi transformado em consumidor. (idem, p. 44).

Conforme Shiroma; Moraes; Evangelista (2007, p. 44), estiveram presentes na fabricação desse consenso, além de intelectuais, organizações de empresários e centrais de trabalhadores. De fato,

[...] da relação entre eles e do litígio entre seus interesses nasceu a imposição do consenso. Erigida como ponte entre passado e futuro, a educação, constituiu-se em campo de negociações e trocas para a legitimação do consenso que, para além do atendimento a reivindicações educacionais, tornou-se aríete dos entendimentos entre capital e trabalho. (ibidem, p. 44).

Caetano (2018, p. 155) afirma que como parte das políticas neoliberais, estão as reformas da gestão pública e a introdução da gestão gerencial, como uma política que:

[...] traz severas imposições ao Estado, à sociedade e à educação. É nesse contexto que as reformas instituídas nos anos 90 do século passado pretendiam instaurar um novo modelo de administração pública, chamada de “administração pública gerencial”, que alterou o modelo de gestão pública e, conseqüentemente, de gestão da educação e da escola. (idem, p. 155-156).

Assim, a seguir, através das reflexões de Paro (2012), será realizado um esforço para diferenciar a administração empresarial da administração da escola pública.

4.2 ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Conforme Paro (2012, p. 24) “a administração como é entendida e realizada hoje é produto de uma longa evolução histórica e traz marca das contradições sociais e dos interesses políticos em jogo na sociedade”. O autor ainda ratifica:

Por isso, para melhor compreender sua natureza, é preciso examiná-la, de início, independentemente de qualquer estrutura social determinada. Isso implica examinar o conceito de administração em geral, ou seja, a administração abstraída de seus determinantes sociais que, sob o capitalismo, por exemplo, configuram a chamada administração capitalista. Mas, aí, não se trata, já, de administração em seu sentido apenas geral, e sim administração historicamente determinada pelas relações econômicas, políticas, sociais, que se verificam sob o modo de produção capitalista. Não que a administração possa existir concretamente a não ser determinada historicamente; apenas que, sob outras relações de produção, outros serão os determinantes e outra será a forma como se apresenta concretamente a administração. (idem, 2012, p. 24).

Considerando a administração em seu sentido geral, Paro (2012, p. 25) afirma que “a administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”. Assim pensada, ela se configura, inicialmente, como uma atividade exclusivamente humana, já que, “somente o homem é capaz de estabelecer livremente, objetivos a serem cumpridos.” (ibidem, p. 25).

Com embasamento nas citações de Paro (2012), pode-se concluir que a administração, por ser uma atividade exclusivamente humana, pode ser adaptada ao local em que é aplicada. Desse modo, a administração de uma empresa produtora de mercadorias é feita de uma maneira e a de uma escola, onde formam-se pessoas, não será da mesma forma.

Paro (2012, p. 130) afirma, ainda, que “uma verdadeira racionalidade na utilização dos recursos em termos de interesse comum, na sociedade, só pode existir a partir de uma transformação social”, pois:

Numa sociedade dividida em classes antagônicas, produto da propriedade privada dos meios de produção, os interesses conflitantes impossibilitam a busca de objetivos comuns a toda a sociedade. Aí, as várias práxis individuais, movidas por interesses particulares, e subsumidas pelos interesses dominantes, acabam por convergir para a obtenção de um resultado que não representa o interesse comum. (ibidem, p. 131).

Pensando, então, que a educação deve ser objetivada para que ocorra uma transformação social. Sendo assim, na escola pública temos as políticas educacionais para que seja atingido o fim desejado - a transformação dos cidadãos.

Conforme Paro (2016, p. 42), “outro aspecto relevante das ações da escola para realização de seus fins, diz respeito à consideração das atividades-fim como passíveis da aplicação da lógica administrativa”:

A administração escolar não se reduz às atividades-meio. Se a administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins, atividade, portanto, mediadora entre meios e objetivos, o processo pedagógico necessariamente adquire uma conotação administrativa. O senso comum, todavia, insiste em separar a função pedagógica da função administrativa, porque esta última nunca é vista em sua essência, abstraída de seus condicionantes conjunturais que a tornam ou mera burocratização (meios que se tornam fins em si mesmos) ou mera gerência (controle do trabalho alheio). (Ibidem, p. 43).

Portanto, em uma instituição de ensino, todas as atividades são de grande importância para a qualidade social da educação. Desse modo, não apenas o professor da sala de aula ou o técnico-administrativo tem funções essenciais, mas a combinação das práticas laborais de todos os trabalhadores da instituição.

Paro (2012, p. 132) defende que “somente através da transformação social é possível integrar os interesses individuais (de pessoas ou grupos) aos interesses sociais (da sociedade como um todo).” Ou seja,

Somente assim é possível constituir-se uma autêntica vontade coletiva, representativa dos interesses de toda a sociedade e não apenas de grupos dentro dela. Por outro lado, torna-se imperativa, aí, a utilização racional dos recursos com vistas à realização de tais objetivos coletivos. Revela-se com isso o verdadeiro sentido de uma racionalidade que não se detém apenas na consideração dos meios e de sua adequada utilização (racionalidade funcional)¹, mas implica necessariamente a análise dos objetivos e sua articulação com os interesses sociais globais. (ibidem, p. 132).

Conforme a reflexão em Paro (2012), só é possível alcançar a transformação social se a instituição tiver de forma clara seus objetivos. Essa clareza deve se basear nos interesses coletivos.

Saviani (2012, p. 84) afirma que “política e educação”, embora distintas, não significa que sejam inteiramente independentes. “Ao contrário, elas são inseparáveis e mantêm íntima relação”. Conforme o autor, a educação e a política devem ser entendidas como manifestações da prática social, própria da sociedade de classes. (idem, p. 85), Portanto, na escola a convivência é uma prática social.

Os Institutos Federais possuem como prerrogativas a autonomia administrativa, a patrimonial, a financeira, a didático-científica e a disciplinar. Trata-

¹ É importante notar que a racionalidade chamada funcional, que se refere à adequação dos recursos disponíveis aos fins visados, é inerente a todo processo de administração. Não pode haver administração, se não houver racionalidade na utilização dos meios, com vistas à concretização de fins. (Paro, 2012, p. 75).

se de uma instituição de educação superior básica e profissional, pluricurriculares e *multicampus*. (PDI, 2018, p. 17).

O IFRS apresenta um hibridismo entre o modelo burocrático e gerencialista em sua gestão, mas também possui características da gestão democrática, através da participação de todos os segmentos nos conselhos de *Campus* e Conselho Superior, por exemplo. O PDI pode ser visto como um documento para fins gerenciais, mas na sua construção é possível a participação coletiva.

Na próxima seção será apresentada a metodologia e os resultados das entrevistas, bem como um detalhamento dos passos percorridos para a construção do produto educacional.

5. METODOLOGIA E RESULTADOS ACERCA DA PESQUISA

A pesquisa em questão é de cunho qualitativo. Conforme Flick (2009), a interpretação tem dois caminhos: é a coleta de dados verbais ou visuais e a interpretação destes dentro de um plano específico de pesquisa. (FLICK, 2009, p. 15).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE C) com os coordenadores de curso, da gestão 2016 a 2019 e da imediatamente anterior, totalizando dezesseis coordenadores dos cursos, abrangendo todos os cursos do IFRS - *Campus* Rio Grande, exceto do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional.

Também foram entrevistados dois servidores técnico-administrativos em educação (APÊNDICE D). Estes foram escolhidos por serem os mais antigos do setor de Compras e Contratos.

O convite aos participantes das entrevistas foi feito presencialmente, quando possível, ou através de *e-mail*. Todas as entrevistas foram realizadas no local de trabalho do participante, no horário dispensado por ele e foram gravadas, transcritas, e, categorizadas e analisadas através de método inspirado na Análise de Conteúdo, que conforme Bardin (2016) “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

O critério de categorização utilizado foi de categorias temáticas que conforme Bardin (2016), “As categorias são rubricas ou classes as quais reúnem um grupo de elementos”. Esses agrupamentos são efetuados por razões de suas características comuns. Cabe salientar que foram perguntas simples e muito diretas, por isso a metodologia da análise pôde ser simplificada.

Os participantes não foram identificados, visto que foi realizada a referência apenas como coordenadores de curso. Com as entrevistas, segundo Severino (2016), “O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam”. (SEVERINO, 2016, p. 133).

Após análise das entrevistas, foi elaborado o produto educacional (Cartilha), e, posteriormente apresentado, pessoalmente, aos coordenadores de curso. Em seguida, foram feitas as correções sugeridas pelos participantes, enviada a Cartilha construída, por *e-mail*, bem como o questionário (APÊNDICE F) para avaliação.

5.1 ENTREVISTAS COM OS COORDENADORES DE CURSO

As entrevistas tiveram como objetivo verificar dificuldades encontradas pelos coordenadores de curso com relação às compras para os laboratórios de ensino-aprendizagem. Da análise realizada emergiram as seguintes categorias:

Quadro 02- **Dificuldades encontradas pelos coordenadores com relação às compras:**

| Categorias |
|---|
| 1 Planejamento e Orçamento |
| 2 Pesquisa de preços de mercado |
| 3 Participação nos processos de compras |
| 4 Sugestões para o Produto Educacional |
| 5 Controle de patrimônio |
| 6 Projetos de pesquisa |
| 7 Cuidado dos alunos com os equipamentos de laboratório |

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao planejamento e orçamento, as dificuldades apontadas, conforme a fala dos participantes foram as seguintes: saber exatamente o orçamento que cada curso receberá e o que realmente vão planejar e executar. Muitos afirmam que o planejamento é importante e querem participar. Conforme a fala de alguns coordenadores:

[...] Uma das dificuldades é a gente não saber o que o curso tem de orçamento [...] falta clareza do que vai para cada curso; se a gente tivesse clareza do que é previsto para cada curso seria mais fácil; tivemos sorte de conseguir montar nosso laboratório antes da PEC 95/2016 [...] (COORDENADOR 02).

[...] As atribuições dos coordenadores são nebulosas. Além disso, se for em outra instituição, o coordenador não trabalha sozinho como aqui. Tem outros servidores, coordenador adjunto etc. é um problema complexo. Envolve legislação. Não vejo condições dos coordenadores fazerem com qualidade. Precisamos planejar, e não ver o que tem disponível. A gente quer planejar e executar o que planejamos. [...] (COORDENADOR 07).

[...] Até se planeja só que na hora não tem dinheiro. [...] (COORDENADOR 08).

[...] Precisamos de software [...]. E são softwares diferenciados e caros. Três anos seguidos e não conseguimos comprar. [...] (COORDENADOR 14).

Conforme os excertos citados, alguns coordenadores de curso não compreendem por que tanto planejamento – Isso porque, para eles, muitas vezes, o que foi planejado, depois acaba não sendo adquirido, pois para que as compras se concretizem é necessário o orçamento. Porém, é nessa fase que a contribuição dos coordenadores é importante, para que, posteriormente, seja feita uma compra adequada e correta. Interessante ressaltar a preocupação de alguns participantes com questões referentes à falta de recursos orçamentários para as aquisições futuras.

Com relação à pesquisa de preços de mercado, as dificuldades e dúvidas apontadas foram muitas: a mais evidente é no que diz respeito de como realizar a pesquisa de preços de mercado, sendo esta uma atribuição do requisitante do material, representado neste trabalho pelos professores coordenadores de curso para compras de materiais e equipamentos de laboratório. Conforme os excertos das entrevistas:

[...] A questão dos três orçamentos engessa o processo, qual a diferença de ver no site e ter um documento enviado pela empresa? *e-mail* para a empresa cria um procedimento que independe de ti, depende de alguém da empresa querer enviar esse orçamento[...] (COORDENADOR 02).

Três orçamentos de 20 itens, e nem se sabe se vai conseguir comprar! É difícil. Sei que é um procedimento. Mas a minha sugestão que essa tarefa de buscar orçamento não seja do coordenador. Ligar pras empresas, pegar viatura para ir as empresas buscar orçamento. Seria um suporte ao curso. A gente dá a especificação e o resto deve ser com o setor de Compras. Ainda mais na área de [...], é muito difícil, 30 itens são 90 orçamentos [...] (COORDENADOR 11).

[...] A gente deve fazer a descrição, especificação, mas sair atrás de orçamento é difícil. [...] (COORDENADOR 14).

[...] A maior dificuldade é não ter a informação, ter que correr atrás. E depois disso é a dificuldade dos três orçamentos. Antes não tinha o painel de preços. No painel tu pega o preço final depois. A burocracia dificulta bastante [...] (COORDENADOR 15).

[...] São claros os procedimentos para efetuar compras? Pra mim não são claros, aconteceu de nenhuma das empresas terem a documentação para a dispensa que queríamos fazer. Nós aprendemos na marra. Eu acho que o coordenador deveria ser responsável até a parte da especificação, a partir daí o setor de Compras deveria se encarregar do processo, por exemplo, tem vários colegas que deixam de pedir por que tem que fazer uma série de procedimentos [...] (COORDENADOR 16).

Verificou-se nos excertos, que questões referentes ao procedimento da pesquisa de preços de mercado foram consideradas de difícil realização, por parte de muitos coordenadores de curso.

Quanto à participação dos coordenadores nos processos de compras, suas posições foram as seguintes: muitos concordam que precisam contribuir, porém alguns consideram que os coordenadores não deveriam participar em certos momentos, como por exemplo, a busca de três orçamentos. Para exemplificar abaixo a fala de alguns coordenadores:

[...] O diretor manda as coisas administrativas, às vezes leio, outras vezes não, são textos enormes; entre as atribuições dos docentes estão questões administrativas [...] (COORDENADOR 02).

[...] Vou confessar, a parte de compras, não estou a par, o técnico de laboratório foi embora e deixou uma lacuna bem grande, ele que cuidava dessa parte [...] (COORDENADOR 03).

[...] Não tive muita experiência, não participei de muitas compras. Vocês não entendem das questões técnicas e nós não entendemos dos processos de compras, então acho interessante essa troca [...] (COORDENADOR 04).

[...] O coordenador tem tanta coisa na cabeça, não dá para desligar do pedagógico para fazer coisas de gestão. Tem muita coisa acontecendo e o coordenador tem que se desligar para cuidar de compras, patrimônio, não dá [...] (COORDENADOR 11).

[...] o coordenador tem que se envolver e auxiliar nas compras, mas as práticas mais burocráticas de pegar os três orçamentos é muito difícil. A gente pede de uma forma e não valeu. Como não somos dessa área não entendemos. A gente deve fazer a descrição, especificação, mas sair atrás de orçamento é difícil [...] (COORDENADOR 13).

[...] Esta será mais uma atribuição dos coordenadores? E ainda o coordenador trabalha em sala de aula. Vejo isso como um problema institucional. O coordenador não consegue dar conta de tudo [...] (COORDENADOR 07).

Conforme excertos das entrevistas citados acima, alguns coordenadores acham difícil a participação nos processos de compras. Abaixo as citações de coordenadores que compreendem como necessária a participação colaborativa nos processos de compras:

[...] o coordenador não vai operacionalizar, mas, tem que entender, ele não tem essa consciência. Eu me via sozinho (a) com uma necessidade muito grande, tinha uma equipe no *Campus*, mas não na coordenação; Precisamos saber: quando eu faço uma carona, o que é uma licitação, quando eu faço uma dispensa, quando eu faço um pregão, como faço um pregão SRP, pois cada instrumento é para uma situação. Eu sou habilitado (a) para dar a minha disciplina [...] e ponto. O coordenador vai fazer uma descrição brilhante do produto, ou tu não vai conseguir comprar. Eu acho que tem que fazer em conjunto compras e coordenador [...] (COORDENADOR 05).

[...] Não temos técnico de laboratório, importante a figura do técnico, são coisas muito básicas que faltam. Temos muito estoque. Peguei uns 400 orçamentos, pois o pregão era de mais de 100 itens; teria que ter alguém do

setor de Compras que ficasse encarregado em auxiliar cada curso; tem muitas partes do processo que pode ser feito *intercampus*. O *comprasnet* é um inferno para procurar lá dentro [...] (COORDENADOR 09).

[...] Tem professor que não quer se envolver, mas tem que se envolver sim! Eu acho muito legal teu estudo. Pessoalmente precisamos integrar [...] (COORDENADOR 06).

[...] Todo mundo tem sua função, muitos dizem que não é seu serviço, mas nós coordenadores temos que usar o bom senso, integrar com o pessoal do Compras, vais ter que fazer a descrição do produto. Tinha coisa que não sabíamos, e direcionávamos muito o produto [...] (COORDENADOR 08).

[...] Eu acho que o coordenador tem sim que se envolver no processo de compras [...] (COORDENADOR 14).

[...] A gente trabalha com pessoas, então esta aproximação é muito importante. Na minha formação esse setor sempre foi muito próximo. Pois quando te peço, tu precisas de ajuda, sabes preço, sabes onde, mas vocês compram, mas não têm o conhecimento de todos os produtos e de todas as necessidades [...] (COORDENADOR 15).

Nessa categoria, os coordenadores divergem, entre aqueles que defendem a participação nos processos de compras e alguns que não concordam com essa participação. Alguns destacaram a importância do auxílio do técnico de laboratório.

Ao se questionar sobre sugestões dos coordenadores de curso para o produto educacional a ser construído obteve-se o seguinte:

Acho legal um curso, não todo presencial, uma parte a distância e outra presencial (COORDENADOR 02).

Excelente um tutorial! Daqui a pouco pode até virar um curso se tiver encontros (COORDENADOR 05).

[...] um informativo geral para os coordenadores, tipo um guia rápido. Poderia ser apresentado nas reuniões (COORDENADOR 06).

[...] eu acho que a comunicação é mais importante que o material; Mais importante é reunião, conversa contínua, vai acabar que vamos tirar dúvidas e o grupo será de pessoas mais qualificadas para isso. Interessante seria EAD (COORDENADOR 07).

Um material para leigos, acho interessante uma Cartilha; exemplo: Em que momento tem que buscar 03 orçamentos, porque carona e não pregão? O que o *comprasnet* pode te oferecer de interessante? (COORDENADOR 08).

[...] criar indicador quanto tempo demora um processo, o que é bom e o que é ruim; Um manual de procedimentos é muito interessante, mas não pode ser uma coisa muito longa (COORDENADOR 09).

[...] Por exemplo, como se faz um processo de dispensa? [...] uma Cartilha que dê esse norte para os coordenadores seria interessante. Se tu fizeres uma Cartilha passo a passo de compras, ótimo (COORDENADOR 15).

Não sei, mas algo que explicasse o fluxo [...] (COORDENADOR 16).

Conforme excertos, as sugestões para o produto educacional foram bem variadas, mas todas direcionadas para as questões sobre as compras. O produto

educacional mais sugerido foi o tutorial e apenas um coordenador sugeriu curso presencial. A cartilha também foi sugerida.

Quanto às questões relacionadas ao controle de patrimônio alguns coordenadores acreditam que falta consciência da importância de controle patrimonial. Conforme fala dos entrevistados:

[...] Alguns não se preocupam com esse controle. Tem muita coisa na lista de patrimônio do curso que não temos mais. Muito preocupante [...] (COORDENADOR 02).

Muitos professores não sabem da importância dos controles [...] (COORDENADOR 11).

No entanto alguns coordenadores acreditam que existe consciência da importância de controle patrimonial. Abaixo alguns excertos da fala dos participantes:

Acho que os coordenadores têm essa preocupação (COORDENADOR 03).

Quanto ao professor ter consciência da carga patrimonial, sim tem (COORDENADOR 07).

Essa categoria surgiu, pois inicialmente, pensou-se em fazer algum produto educacional direcionado aos controles patrimoniais. Portanto a analisar as entrevistas o produto educacional mais apropriado seria direcionado a questões sobre processo de compras.

Quanto aos projetos de pesquisa, abaixo um excerto das entrevistas:

[...] Nos projetos de pesquisa precisamos saber separar bem de consumo e bem permanente. Em termos de burocracia, os projetos de pesquisa têm menos burocracia do que a da instituição [...] (COORDENADOR 08).

O assunto sobre os projetos de pesquisa, dos quais os coordenadores participam, também acabou surgindo nas entrevistas – isso mostra que o tema possui relevância, de modo que os coordenadores precisam ter algum conhecimento para a elaboração do projeto.

Na categoria referente ao cuidado dos alunos com equipamentos nos laboratórios, para exemplificar segue a fala de alguns participantes que acreditam que os alunos têm o devido cuidado:

É mais difícil com os alunos do integrado, mas nunca tive problemas, depende do professor, tem uns mais cuidadosos, e outros menos, pouca ocorrência de avaria pelos alunos. Quando acontece é com o integrado. Os professores das áreas de humanas gostam de dar aula na rua, deixou as cadeiras na rua no outro dia as cadeiras estavam quebradas (COORDENADOR 01).

Temos uma depredação muito pequena dentro do ambiente específico, nos laboratórios dos cursos não têm grandes estragos. Nas áreas comuns temos muitos problemas de falta de cuidado. Os cursos não tem consciência daquilo que é de uso comum. Eles não olham para os laboratórios de uso comum. Aquilo que é de todos tem que ser cuidado por todos. E é ao contrário: o que é de todos não é de ninguém (COORDENADOR 05).

No laboratório aluno não fica sozinho. O professor monitora sempre até por questões de segurança, temos equipamentos perigosos. Único lugar que aluno pode ficar sozinho é na ferramentaria (COORDENADOR 08).

Sabemos que sempre tem perda, mas nós professores trabalhamos isso com os alunos (COORDENADOR 12).

Essa categoria aparece devido à ideia inicial desta pesquisadora em fazer algum produto educacional direcionado aos estudantes, visando ao cuidado dentro dos laboratórios.

Porém após análise das entrevistas, ficou evidente que os professores trabalham com os alunos questões que dizem respeito ao cuidado nos laboratórios de ensino-aprendizagem. Existem problemas de falta de cuidado, portanto são detectados apenas nos laboratórios de ensino-aprendizagem localizados nas áreas comuns dos cursos, ou seja, nos laboratórios que são utilizados por outros estudantes, além daqueles do próprio curso.

Além das categorias citadas dentro das dificuldades encontradas sobre as compras, emergiu também a temática quanto à relação entre a teoria e prática, conforme a fala de um dos participantes:

[...] Os alunos não gostam da teoria. [...]. Hoje entram professores que não sabem a prática, professor que se formou em engenharia e nunca apertou parafuso [...] não basta ter a parte teórica tem que ter a parte prática; As vagas dos concursos eram (antigamente) para a área prática ou para a área teórica [...] (COORDENADOR 01).

Portanto, quando realizada a entrevista chamou a atenção na fala do participante com uma visão dissociativa entre a teoria e a prática na educação profissional.

5.2 ENTREVISTAS COM OS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

Foram entrevistados (APÊNDICE D) dois servidores técnico-administrativos para saber quais as dificuldades que percebiam na realização dos processos de compras para os laboratórios de ensino-aprendizagem.

Quadro 03: **Dificuldades que percebem na realização das compras e interação com coordenadores de curso:**

| Categorias |
|---|
| 1 Interação com as Coordenações de Cursos |
| 2 Sugestões para o Produto Educacional |

Fonte: Elaborado pela autora

As respostas aos questionamentos foram as seguintes: Quanto às dificuldades em relação à interação com os coordenadores:

A cooperação dos coordenadores de curso é muito importante, pois para eles muito parece que criamos entraves; Precisa haver uma compreensão de como funciona o setor de Compras e assim poderemos agilizar mais as compras (TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 01).

Quando estão no cargo e têm essa incumbência, ele só tem que colocar as quantidades e tenho que correr atrás, eu noto que alguns não querem fazer (TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 01).

Muito importante que os requisitantes participem dos processos de compras, o problema é a rotatividade dos coordenadores (TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 02).

Quanto à categoria de sugestões para a elaboração do produto educacional:

Tem que ser um produto simples, com pouco texto, e tem que ter figuras. Alguma coisa que chame a atenção deles, um passo a passo, um folder (TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 01).

Importante falar sobre pregão, dispensa e inexigibilidade. Focar nas compras diretas e pregão. Interessante mostrar que o processo é complexo (TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 02).

Conforme citações acima os servidores técnico-administrativos encontram dificuldades para a execução de seu trabalho, quando não têm a colaboração do coordenador para poder consolidar a compra.

As sugestões de produto educacional enunciadas pelos técnicos administrativos entrevistados foram ao encontro das sugestões dos coordenadores de curso.

Com os resultados obtidos nas entrevistas foi decidido qual produto educacional seria construído. A seguir será detalhada essa construção.

5.3 CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA

Foi construída a Cartilha intitulada: “Noções Básicas sobre Processos de Compras”.

A mesma foi elaborada levando em consideração as dificuldades dos coordenadores de curso relacionadas ao planejamento e orçamento, pesquisa de preços de mercado, participação nos processos de compras, como também as sugestões dos coordenadores para o produto educacional, sendo que cartilha foi uma delas.

Foi escolhida a denominação de cartilha, por se entender que a mesma oportunizará uma compreensão básica sobre os processos realizados na instituição, já que muitos dos coordenadores de curso não têm conhecimentos sobre o tema.

Quanto aos conteúdos do produto educacional, foi dada a ênfase nas questões para compreensão do termo de referência, onde consta a descrição do item a ser adquirido e também a média de preços da pesquisa de mercado que são realizadas com a participação do requisitante, representado nesse trabalho pelos coordenadores de curso.

Não foi possível adicionar no material educativo construído todas as sugestões de conteúdos sugeridas pelos coordenadores de curso e técnico-administrativos entrevistados, pois ficaria um material muito extenso.

Optou-se por uma noção geral sobre compras públicas e que futuramente se elabore outros produtos educacionais contendo outras partes do conteúdo.

As temáticas inseridas no material educativo foram as seguintes: planejamento, orçamento, material de consumo, investimento, noções sobre as modalidades de licitações e conceitos como edital de licitação e com uma ênfase mais abrangente nas questões sobre o termo de referência, que foi muito citado durante as entrevistas, principalmente no que diz respeito à pesquisa de preços de mercado.

Também consta na Cartilha qual o tempo necessário para que ocorram os processos licitatórios na modalidade pregão, que é a mais utilizada nas compras públicas.

Finalizando, os conteúdos da Cartilha, após explicar todo o processo de licitação de forma simples, traz-se a questão do conceito de empenho, tão importante para consolidar a compra pública.

A Cartilha é para ser utilizada de forma digital e interativa. Ela possui atalhos que levam diretamente, por exemplo, para o site de compras governamentais, a fim de consultar o catálogo de materiais e serviços que complementam os assuntos tratados, propiciando um conhecimento mais profundo, se desejável pelo leitor.

Na construção do material educativo procurou-se, além dos conteúdos, uma aparência que ficasse atraente e comunicativo para o leitor, por isso foi feita uma diagramação para tornar o material visualmente interessante seguindo as ideias sugeridas por Kaplún (2003).

Kaplún (2003) propõe três eixos a serem considerados na análise e construção de um material educativo: o eixo conceitual, o pedagógico e o comunicacional. E afirma que:

No eixo conceitual, porque precisamos conhecer bem a matéria em questão, os conceitos que a articulam, os mais importantes debates suscitados por ela etc. [...] O eixo pedagógico é o articulador principal de um material educativo, resumindo, o eixo pedagógico, expressa o caminho que estamos convidando alguém a percorrer, que pessoas estamos convidando e onde estão estas pessoas antes de partir. [...]. (KAPLÚN, 2003, p. 48 - 49).

Já o eixo comunicacional segundo Kaplún (2003) “propõe, através de algum tipo de figura retórica ou poética, um modo concreto de relação com os destinatários”. (idem, p. 60).

A apresentação do produto educacional - Cartilha aos coordenadores de curso foi realizada presencialmente durante uma reunião, com cinco participantes presentes.

Sequencialmente à apresentação, os participantes responderam ao questionário e os resultados foram os seguintes:

**Quadro 04 – Resultados do Questionário - Apresentação Presencial da Cartilha
05 participantes. 27-05-2019.**

| Quanto à apresentação do conteúdo | Ótimo | Muito bom | Bom |
|--|--------------|------------------|------------|
| | 2 | 3 | 0 |
| Quanto ao caráter informativo | Ótimo | Muito bom | Bom |
| | 3 | 1 | 1 |
| Quanto à aplicabilidade dos conhecimentos | Ótimo | Muito Bom | Bom |
| | 4 | 1 | 0 |
| Quanto à apresentação de questões sobre compras | Ótimo | Muito Bom | Bom |
| | 4 | 1 | 0 |

| | |
|--------------------------------|--|
| Comentários e Sugestões | <ul style="list-style-type: none"> - Achei excelente a proposta; - Aumentar a fonte em algumas páginas; - Disponibilizar de forma digital e interativa. |
|--------------------------------|--|

Fonte: Elaborado pela autora

Após essa apresentação presencial e avaliação pelos participantes, a Cartilha passou pelas alterações sugeridas. Em seguida, foi encaminhada via *e-mail* com o questionário avaliativo novamente. Os resultados foram os seguintes:

Quadro 05 – Resultados do questionário de Avaliação da Cartilha – 05 participantes 03-06-2019.

| Quanto à apresentação do conteúdo | Ótimo | Muito bom | Bom |
|--|--|------------------|------------|
| | 3 | 2 | 0 |
| Quanto ao caráter informativo | Ótimo | Muito bom | Bom |
| | 4 | 1 | 0 |
| Quanto à apresentação de questões sobre compras | Ótimo | Muito bom | Bom |
| | 2 | 3 | 0 |
| Comentários | <ul style="list-style-type: none"> - Acredito que está em excelente forma seu trabalho. - Parabéns pelo trabalho, será muito útil. - Achei excelente. | | |

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme os quadros 04 e 05, a avaliação da Cartilha: “Noções Básicas sobre Processos de compras” foi positiva pelos participantes coordenadores de curso.

Todos avaliaram o material como Ótimo, Muito Bom e Bom. Tinham as alternativas de responder Razoável ou Ruim. Nenhum deles fez tal afirmação.

Os comentários realizados também foram positivos. A mesma será disponibilizada de forma digital e interativa, conforme sugestões dos entrevistados, incluindo atalhos para uma leitura mais aprofundada se este for o interesse do leitor.

Reitera-se que os temas abordados foram selecionados de acordo com a análise das entrevistas realizadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, valorizando a gestão democrática e participativa, mostrou, através das entrevistas, a importância da contribuição nos processos de compras pelas Coordenações de Curso, principalmente, na fase do planejamento licitatório.

A pesquisa trouxe à tona diversas dificuldades encontradas na participação das compras na instituição, principalmente em questões referentes a pesquisa de preços de mercado.

A cartilha visa proporcionar uma compreensão de como as compras públicas acontecem, facilitando o entendimento das necessidades da instituição, proporcionando um melhor planejamento e conseqüentemente, evitando problemas e falhas no processo, como compras desnecessárias e até mesmo uma licitação deserta ou fracassada.

Também é necessário que exista uma compreensão dos processos, por parte dos requisitantes, representados neste trabalho pelos coordenadores de curso. Para isso se faz necessária à integração do trabalho de professores e técnicos administrativos.

As compras públicas precisam, além de atender ao princípio da legalidade, entre outros, suprir as necessidades da instituição. No caso das compras para os laboratórios de ensino-aprendizagem, é preciso também observar se as aquisições estão propiciando o ambiente adequado para que o professor ministre suas aulas, por exemplo.

Sendo assim, as questões pedagógicas e administrativas se complementam.

O IFRS apresenta um hibridismo entre o modelo burocrático e gerencialista em sua gestão, mas também possui características da gestão democrática garantida constitucionalmente e que permitem a integração dos trabalhadores.

Quanto à Cartilha construída, pode-se observar que propósito foi de possibilitar uma maior compreensão pelos coordenadores no que diz respeito as compras públicas, possibilitando a integração entre o denominado administrativo e o pedagógico.

O termo de referência é um documento do edital de licitação que na sua elaboração necessita da participação dos coordenadores. A Cartilha enfatiza os conteúdos do mesmo, como por exemplo, a pesquisa de preços de mercado, muito

importante para o processo licitatório e construção do Termo de Referência, e onde surgiram as maiores dificuldades por parte dos coordenadores de cursos.

Quanto ao participar ou não do planejamento das compras, também foi visto por alguns coordenadores como uma questão difícil.

Concluindo, a cartilha foi muito bem aceita pelas coordenações de cursos de forma geral. Não apresentou nenhum aspecto negativo durante a avaliação e foi construída de forma democrática, utilizando-se das sugestões dos coordenadores.

Os conteúdos sugeridos para a cartilha foram muitos, porém visto que poucos coordenadores possuem conhecimento sobre o assunto, preferi construir um produto educativo que dispõe de noções básicas sobre compras, focando na pesquisa de preços de mercado, que foi onde apareceram muitas dúvidas.

Os conteúdos dariam para elaborar vários volumes de Cartilha, pois na construção levou-se em consideração não construir um material muito extenso. Sendo assim, os conteúdos: Dispensa de Licitação, Inexigibilidade, Caronas, ficaram fora da Cartilha, apesar de serem sugeridos pelos coordenadores de curso e pelos técnico-administrativos.

Voltando aos objetivos da pesquisa de proporcionar uma integração entre questões sobre compras e coordenações de curso, intervindo com a construção de um produto educacional, posso inferir que a Cartilha atendeu de certa forma, num primeiro momento, a compreensão de forma básica e sintetizada, como se dá o processo de compras de forma geral.

A escolha do conteúdo foi uma das partes do trabalho que foi consolidada apenas na versão final, pois a versão inicial da cartilha tinha mais de cem páginas, o que nunca foi o propósito, tendo-se que optar por um conteúdo em detrimento de outros.

Fica como sugestão a elaboração de outros materiais educativos como sugeridos pelos coordenadores e técnico-administrativos, a fim de contemplar outros assuntos pertinentes para que a compra seja bem compreendida por todos.

A Cartilha elaborada é uma proposta direcionada aos coordenadores de curso, porém a mesma oportuniza a compreensão das compras na instituição por parte de todos os servidores. Visa auxiliar na soma de esforços entre técnico-administrativos em educação que se envolvem nos processos de aquisição de bens

e serviços institucionais e professores que são imbuídos de tarefas complexas ao aceitarem os desafios da gestão.

Que esta pesquisa possa auxiliar na missão de construir educação de qualidade para aqueles que vivem do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública**: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP, n 10, 1997.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e ensino Integrado. **Revista Educação em Questão**. Maio/Agosto 2015, v. 52, n. 38, p. 61-80.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, **cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Acesso em 11-06-2018.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 05/08/2018.

BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2018**. Bento Gonçalves, RS, 2014. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/PDI-2014-2018.pdf> Acesso em: 05-08-2018.

BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023**. Bento Gonçalves, RS, 2018. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023/> Acesso em: 05 - 12 - 2018.

BRASIL, Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 - 42 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Acesso em: 02-08-2018.

BRASIL, Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts 39 - 41 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Acesso em: 02-08-2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul. Resolução do Conselho Superior do IFRS nº 7 de 2009. **Estatuto do Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul**. Disponível em https://ifrs.edu.br/wpcontent/uploads/2018/12/Anexo_Res_027_2017_Estatuto.pdf Acesso em: 09-06-2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul. **Regimento Complementar Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – campus Rio Grande**, 2018.

Disponível em: https://ifrs.edu.br/riogrande/wp-content/uploads/sites/16/2018/07/Regimento-Complementar-do-IFRS-Campus-Rio-Grande_final_rev-1.pdf Acesso em: 09 - 06 - 2019.

BRASIL, Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.**

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado Para a Cidadania: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional.** São Paulo: Editora 34, 1998.

CAETANO, Maria Raquel. A educação no contexto de crise do capital e as relações entre Estado, mercado e terceiro setor nas políticas educacionais. **Laplage em Revista** (Sorocaba), v.2, n.2, maio-ago. p. 153-168, 2018.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática.** Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 24ª edição, 2014.

CIAVATTA, Maria. **A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade, 2012.** in: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 3ª. edição, 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 3ª edição, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2012.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, (27), 46-60, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em 20-06-2018.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola.** Petrópolis, Rio de Janeiro, v. 3 série cadernos de gestão, 2006.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração.** Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007.

PACHECO, Regina Silvia. **Profissionalização, Mérito e Proteção da Burocracia no Brasil.** In: LOUREIRO; ABRUCIO; PACHECO (Orgs). **Burocracia e Política no Brasil: Desafio para a ordem democrática no século XXI.** Editora FGV: Rio de Janeiro, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica**. 17ª edição. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. *In*: Secretaria do Estado da Educação do Paraná. (Org). O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED- PR, 2008.

RAMOS, Marise. Nogueira. História e Política da Educação Profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, **Coleção Formação Pedagógica**; v. 5, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 42ª edição. 2012.

SECCHI, Leonardo. Modelos Organizacionais e Reformas da Administração Pública. **Revista Administração Pública *on line***. 2009, v. 43, n.2, p. 347-369. ISSN0034-7612.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 4ª edição. 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 24ª edição, 2016.

VEIGA, Ilma Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva**. *in*: VEIGA, Ilma Alencastro (Org). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. Papirus, 29ª edição, 2013a.

VEIGA, Zilah Alencastro. **As Instâncias Colegiadas da Escola**. *in*: VEIGA, Ilma P. e RESENDE, Lúcia M.G. de (orgs). Escola: Espaço do projeto político – pedagógico. Papirus, 17ª edição, 2013b.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional resultante desta pesquisa foi a Cartilha intitulada: “Noções Básicas sobre Processos de Compras”. A mesma tem por finalidade proporcionar uma compreensão, por parte dos coordenadores de curso de como ocorrem os processos de compras públicas na instituição.

Justifica-se a Cartilha, devido os requisitantes, representados neste trabalho pelos coordenadores de curso, colaborarem, principalmente na fase de planejamento de compras para os laboratórios de ensino-aprendizagem na elaboração do Termo de Referência, peça fundamental que compõe o edital de licitação.

Os laboratórios de ensino-aprendizagem fazem parte do processo da educação profissional. Na proposta do Ensino Médio Integrado, visando uma formação integral, os laboratórios são indispensáveis. Por isso, as compras para equipamentos e manutenção devem ser planejadas de forma a evitar compras indesejadas ou equivocadas. Os coordenadores de curso são muito importantes para o planejamento e também devido ao conhecimento técnico que possuem sobre os materiais e equipamentos de laboratório.

A Cartilha foi validada pelos coordenadores de curso, entre maio e junho de 2019, quando foi apresentada pessoalmente a cinco coordenadores de curso, onde foram sugeridas as alterações de melhorias.

Após as alterações, em um segundo momento a mesma foi enviada por *e-mail* e novamente avaliada por cinco coordenadores de curso.

A avaliação da Cartilha foi muito positiva por parte dos coordenadores de curso.

Todos avaliaram o material como Ótimo, Muito Bom e Bom. Tinham as alternativas de responder Razoável ou Ruim. Nenhum deles fez tal afirmação.

Os comentários realizados também foram positivos. A mesma será disponibilizada de forma digital e interativa.

O produto educacional está disponível em: educapes.capes.gov.br/handle/capes

APÊNDICE B – TCLE: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Entrevistas – Coordenadores de Curso/ Técnico-Administrativos

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **SETOR DE COMPRAS DO IFRS – CAMPUS RIO GRANDE: INTEGRAÇÃO COM OS COORDENADORES DE CURSO**, cujos objetivos são: Identificar as dificuldades encontradas pelos coordenadores de curso do IFRS – *Campus* Rio Grande na aquisição de materiais para os laboratórios de ensino-aprendizagem e intervir através do desenvolvimento de um produto educacional para os mesmos.

Este projeto está vinculado a Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do **IFSUL** – *Campus* Charqueadas. (Rua: General Balbão, 81, Centro, Charqueadas CEP: 96745-000), *e-mail*: **profepifsul@gmail.com**.

A pesquisa será feita no **IFRS** – *Campus* Rio Grande, através de entrevista semiestruturada, que será gravada, após sua autorização. Para a coleta de dados será utilizado o gravador do celular.

Fui alertado(a) que este estudo apresenta risco mínimo, isto é, mobilizar sentimentos e percepções. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que, espera-se com esta conversa, identificar as dificuldades que os coordenadores de curso encontram nas atribuições relativas a gestão administrativa.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;

- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à minha participação;

- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos;

- de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

=====

Eu _____, portador do documento de identidade _____, aceito participar da pesquisa intitulada: **SETOR DE COMPRAS DO IFRS – CAMPUS RIO GRANDE: INTEGRAÇÃO COM OS COORDENADORES DE CURSO**. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Autorizo o uso do gravador para a entrevista.

Rio Grande, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) participante

Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

e-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

APÊNDICE C - ENTREVISTA: COORDENADORES DE CURSO: IFRS - *CAMPUS* RIO GRANDE

Senhor Coordenador de curso: Gostaria de pedir sua autorização conforme o TCLE que vou lhe entregar para que respondas as perguntas e que eu possa gravá-las.

1. Quais suas dificuldades em relação aos processos administrativos dos quais participa, relacionados ao planejamento de compras para os laboratórios de ensino, controle de patrimônio, controle de estoque e outros que julgar necessário falar?

2. Durante o mestrado será construído um produto educacional, gostaria de fazer uma sugestão? Curso, Tutorial etc.

3. O que você acha sobre o cuidado dos alunos com os laboratórios? Eles têm o devido cuidado?

OBS: A entrevista é semiestruturada, dessas perguntas podem se originar outras no decorrer da conversa.

APÊNDICE D - ENTREVISTA: TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Técnico-administrativo - Setor de Compras e Contratos: IFRS - *Campus* Rio Grande.

Senhor Técnico-administrativo: Gostaria de pedir sua autorização conforme o TCLE que vou lhe entregar para que respondas as perguntas e que eu possa gravá-las.

1. Quais suas dificuldades em relação aos processos de compras para os materiais dos laboratórios de ensino-aprendizagem do IFRS – Campus Rio Grande?
2. Fale sobre a participação dos coordenadores de curso nos processos de compras?
3. Pretende-se elaborar um tutorial sobre compras para os coordenadores de curso, qual sua opinião a esse respeito?

APÊNDICE E: TCLE: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Questionário - Coordenadores de Curso.

Prezado (a) Senhor (a)

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “**SETOR DE COMPRAS DO IFRS – CAMPUS RIO GRANDE: INTEGRAÇÃO COM AS COORDENAÇÕES DE CURSO**” cujo objetivo será identificar as dificuldades encontradas pelos coordenadores de curso do IFRS – *Campus* Rio Grande na aquisição de materiais para os laboratórios de ensino-aprendizagem e elaborar um produto educacional para que seja possível a compreensão dos processos licitatórios pelos mesmos.

Este projeto está vinculado a Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do **IFSUL** – *Campus* Charqueadas. (Rua: General Balbão, 81, Centro, Charqueadas CEP: 96745-000), e-mail: **profepifsul@gmail.com**.

A pesquisa será feita no **IFRS** – *Campus* Rio Grande, através de entrevista semiestruturada, que será gravada, após sua autorização. Para a coleta de dados será utilizado **um questionário**.

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo, isto é, mobilizar sentimentos e percepções. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que espera-se com esta conversa identificar as dificuldades que os coordenadores de curso encontram nas atribuições relativas a gestão administrativa.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à minha participação;
- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos;
- de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

=====

Eu _____, portador do documento de identidade _____, aceito participar da pesquisa intitulada: **“SETOR DE COMPRAS DO IFRS – CAMPUS RIO GRANDE: INTEGRAÇÃO COM AS COORDENAÇÕES DE CURSO”**.

Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Autorizo a aplicação do questionário.

Rio Grande, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) participante

Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

e-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

APÊNDICE F- QUESTIONÁRIO - COORDENADORES DE CURSO**Pesquisa de avaliação do produto educacional pelos coordenadores de curso
IFRS – *Campus* Rio Grande**

Objetivo deste questionário: Avaliar a Cartilha – Noções de Compras, construída no Mestrado- ProfEPT, que tem como requisito um produto educacional.

1. Quanto à apresentação do conteúdo:

Ótimo **Muito Bom** **Bom** **Razoável** **Ruim**

2. Quanto ao caráter informativo:

Ótimo **Muito Bom** **Bom** **Razoável** **Ruim**

3. Quanto à aplicabilidade dos conhecimentos:

Ótimo **Muito Bom** **Bom** **Razoável** **Ruim**

4. Quanto à apresentação de questões sobre compras:

Ótimo **Muito Bom** **Bom** **Razoável** **Ruim**

5. Dê suas sugestões para melhoria da Cartilha:

ANEXO A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS RIO GRANDE

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a Sr^a **Rosane Soares de Carvalho Duarte** apresentou aos coordenadores dos cursos do *Campus* Rio Grande do IFRS, no dia 27 de maio de 2019, o Produto Educacional "Cartilha: Noções sobre os Processos de Compras". Após a explanação o material foi avaliado através de um questionário disponibilizado aos presentes.

Segundo a mestrande e servidora do campus, este é um requisito parcial para conclusão do seu Mestrado Profissional em Educação Profissional do IFSul – *campus* Charqueadas.

Rio Grande, 30 de maio de 2019.

Marise Xavier Gonçalves
Diretora de Ensino do IFRS Campus Rio Grande
Portaria 072/2016

MARISE XAVIER GONÇALVES
Diretora de Ensino
IFRS - Campus Rio Grande
Portaria: 072/2016